

# PROJETANDO PROGRAMAS DE PESQUISA REFERENTES AO ACESSO À EDUCAÇÃO \*

James A. Perkins\*\*

Gostaria de iniciar esta discussão sobre planejamento de programas de pesquisa referentes ao acesso à educação superior com duas observações preliminares. Primeiramente, faz-se mister reconhecer que o problema do acesso tem três dimensões: é um problema social, é um problema acadêmico e é, também, um problema administrativo. Por problema social, quero dizer que o acesso à educação superior é parcialmente determinado por fatores sociais externos à experiência acadêmica formal de uma pessoa. É um problema acadêmico, porque o acesso é em grande parte determinado pela escolaridade que se recebeu nos níveis primário e secundário. É, finalmente, um problema administrativo, uma vez que devem ser criados procedimentos para separar os estudantes qualificados dos não-qualificados, particularmente quando excederem o número de vagas disponíveis.

Embora estas formas possam ser diferenciadas, elas estão obviamente interligadas: os métodos de seleção não podem ser considerados separadamente da escolaridade formal de um estudante ou das forças sociais e culturais externas que agem sobre ele desde seu nascimento. A relação, no entanto, não é fixa: à medida que se caminha, dentro da faixa etária, do nascimento ao acesso à faculdade, os problemas tornam-se menos sociais e mais acadêmicos. Até certo ponto, as oportunidades acadêmicas podem compensar condições sociais adversas; ao mesmo tempo, é inevitável que também restrinjam a linha de opções.

Meu segundo comentário preliminar refere-se aos propósitos subjacentes ao processo seletivo. Gostaria de mencionar apenas dois propósitos que me parecem dominantes: o primeiro é interno, e visa a dar a cada indivíduo a maior oportunidade possível de desenvolver seus talentos, quaisquer que sejam; o segundo é externo, e objetiva ir ao encontro das necessidades sociais e servir o interesse público. O indivíduo e seus objetivos particulares são importantes, mas em toda sociedade deve-se alcançar um equilíbrio entre o desenvolvimento do indivíduo e o desenvolvimento da coletividade. A atenção sobre um destes propósitos não deve excluir a atenção ao outro.

\* Produção de Stella Esther Orweiler Tagnin, da Universidade de São Paulo.

\*\* Presidente do International Council for Educational Development.

Dois conceitos surgiram em recentes discussões sobre como conseguir tal equilíbrio. Não há palavra mais importante em nosso diálogo corrente do que "justiça", aplicada tanto ao equilíbrio entre o desenvolvimento individual e o social, quanto ao equilíbrio entre as bases sociais, acadêmicas e administrativas para a seleção. Devemos perguntar: "O sistema é justo?" O segundo conceito é a eficiência do sistema. Assim, devemos também perguntar: "o sistema funciona?" Estes conceitos, como todos os conceitos básicos, não se excluem mutuamente; devem funcionar em conjunto de modo que a justiça individual não seja considerada sem se levar em conta a eficiência. Onde a eficiência é a única preocupação, frequentemente a justiça é sacrificada; onde a justiça é a única preocupação, muitas vezes o sistema fracassa.

O processo de seleção para a educação superior começa no momento do nascimento. No início, afirmo que forças sociais, que irão determinar quem realmente seguirá uma educação superior, já operam muito antes de ter início uma escolaridade formal. Mencionarei agora quatro maneiras em que isto ocorre. Em primeiro lugar, desconheço qualquer país em que não importe ao futuro de uma pessoa o fato de ter ela nascido menino ou menina. Esta diferença é decisiva em alguns países, particularmente nos países em desenvolvimento, e menos decisiva em outros. Nos Estados Unidos, para vergonha nossa, alguém que tenha nascido com pele negra ao invés de branca, até recentemente, teve muito poucas oportunidades educacionais. E na costa ocidental, em certas épocas, teve importância o fato de sua pele ser ou não ligeiramente amarelada.

Se uma criança nasce dentro de uma cultura que tenha em grande estima o pensamento intelectual e considere a educação importante, suas oportunidades aumentam de maneira imensurável. As crianças absorvem tais valores e suas expectativas baseiam-se nos brinquedos que recebem e nas conversas que ouvem a partir do momento em que tenham a capacidade de distinguir palavras. Finalmente, a família desempenha um papel importante no processo seletivo. Se uma criança é criada numa família rompida ou sem uma estrutura familiar, suas chances de ter uma segurança e motivação apropriadas para continuar seus estudos seguindo uma escola superior ficam drasticamente reduzidas, conforme demonstram nossas estatísticas.

Finalmente, a relativa influência da família de uma criança pode ser o fator mais decisivo. Se uma criança realmente deseja entrar numa universidade, independentemente de talento, ela deveria tentar conseguir fazer parte de uma família da classe média ou alta. Aquelas no primeiro quartil terão três a quatro vezes a probabilidade de uma educação universitária daquelas no quarto quartil. As crianças deveriam escolher seus pais com algum cuidado.

Suponhamos agora que tenhamos um quadro de meninos e meninas que não tenham sido eliminados pelos fatores de sexo, raça, cultura e família (embora talvez não tenham escapado deles inteiramente) e que estejam prontos a entrar na escola primária. Suponhamos que sejam em número de cem. Um projeto de pesquisa de importância premente consiste em examinar a influência relativa do que denomino determinantes sociais pré-escolares sobre a experiência do jovem na escola primária, pois é na escola primária que ao menos três qualidades decisivas são identificadas e encorajadas. A primeira é conhecida — alfabetização. Na maioria dos países do mundo espera-se que, quando uma criança termine o curso primário, ela saiba ler e escrever. A escola primária também deve ensinar conceitos numéricos, ou a capacidade de manipular números e desenhos espaciais. Na era da televisão, a compreensão visual está se tornando cada vez mais importante e, feliz ou infelizmente, uma grande parte da informação necessária chega-nos através de meios outros que a palavra escrita.

Uma terceira qualidade que a escola primária estimulará, se fizer bem o seu trabalho, é a curiosidade a respeito do mundo. Uma escola pode alfabetizar e ensinar números, mas se não intrigar o estudante com o mundo que o cerca, e não o expuser um pouco a uma língua estrangeira, pode ser que ele nunca chegue a uma compreensão amadurecida de sua própria formação paroquial. Repito, a alfabetização é vital, mas não é conclusiva; os números são cada vez mais importantes; a curiosidade sobre o mundo mais amplo e a concomitante percepção do papel e da identidade do indivíduo devem ser evocadas na escola primária.

Em muitas partes do mundo, as crianças não têm oportunidade de entrar na escola primária ou, se chegarem a entrar, desistem ao fim de um ou dois anos. Portanto, não devemos

examinar apenas a porcentagem de nosso quadro que realmente entra na escola primária, mas também a porcentagem que a conclui: se noventa e cinco por cento entram e noventa por cento a concluem, temos um indicador do que ocorre em alfabetização, em números e em curiosidade, o que resulta numa ampla possibilidade de admissão à escola superior. Se este número for muito pequeno, como realmente o é em muitas partes do mundo em desenvolvimento, as possibilidades de admissão são enormemente reduzidas. E depois de comparar a porcentagem dos que entram com a porcentagem dos que concluem a escola primária, devemos fazer uma análise qualitativa a fim de considerar que tipo de experiência os estudantes que sobreviveram tiveram naqueles anos.

Qualquer que seja o número dos formados pela escola primária, o número dos que passarão à escola secundária será, sem dúvida, menor. Nas sociedades primitivas e em desenvolvimento, esta porcentagem pode ser realmente muito baixa. Em alguns países esse número pode reduzir-se a uns cinco por cento dos meus cem. Em outros países, pode aumentar até oitenta e cinco por cento. Suponho que nos Estados Unidos, onde a educação secundária é compulsória, este número deva se aproximar de oitenta e cinco ou noventa por cento.

O estudante que quiser prosseguir com seus estudos secundários depara-se agora com um dilema: ele passará a uma escola secundária que se especializa no preparo para a educação superior, ou a uma escola secundária de orientação vocacional? Caracteristicamente, se um estudante for designado ao caminho vocacional, suas chances de ir diretamente a uma universidade ficaram reduzidas, por vezes, a um mínimo. Às vezes, os caminhos acadêmico e vocacional encontram-se na mesma escola, nas assim chamadas escolas abertas (*comprehensive*), e o estudante tem uma escolha mais ampla no seu preparo. Em qualquer um dos casos, é feita uma seleção, freqüentemente na idade de onze ou doze anos, — seja formalmente através de testes, ou voluntariamente quando o estudante decide em que campo gostaria de se especializar —, que afeta diretamente suas chances de seguir uma educação superior.

Gostaria de agora modificar um pouco essa colocação, afirmando que um dos desenvolvimentos mais interessantes em vários países é o fato de estar se obscurecendo a distinção entre os caminhos vocacional e acadêmico. As possibilidades de transferência para aqueles que começaram no caminho vocacional e mais tarde decidem que gostariam de mudar para o caminho acadêmico, aumentaram muito. Exames do tipo dos famosos “eleven-plus” na Inglaterra, que decidiam que caminho um estudante de onze anos deveria tomar, passaram a ser considerados como incompatíveis com o teste de justiça que mencionei acima. Não parece justo que crianças que tenham tomado o caminho vocacional e desejem mudar para o acadêmico não tenham a oportunidade de fazê-lo.

A maioria das sociedades descobriu que negar esta oportunidade nem aumenta o desenvolvimento individual, nem oferece o talento necessário ao desenvolvimento social. Assim sendo, a maioria dos países que fazem distinção entre os caminhos vocacional e acadêmico passaram a obscurecer esta distinção; os diferentes cursos não são mais facilmente identificáveis, e mesmo se o forem, há agora a possibilidade de transferência. A propósito, este tráfego não ocorre apenas em uma direção: por vezes um estudante da escola secundária descobre que o programa acadêmico que ele está desenvolvendo não é satisfatório e transfere-se para o caminho vocacional. Assim, ao examinarmos qualquer sistema escolar secundário, não é apenas importante descobrir que porcentagem dos meus cem permanece num programa acadêmico em oposição a um programa vocacional, mas é, também, importante descobrir quais as oportunidades de transferência e qual a porcentagem de estudantes que delas tira proveito.

Nosso grupo etário está agora pronto para se candidatar à admissão à escola superior. Aqui os problemas se classificam em três categorias: o problema da escolha do estudante, o problema de seleção por organizações independentes (não-acadêmicas), e o problema de distribuir os estudantes numa variedade de instituições de educação superior.

Aqueles que se formaram na escola secundária e procuram acesso à escola superior podem estar reduzidos a apenas dois por cento de nosso grupo original de cem, ou podem chegar a cinquenta ou sessenta por cento. Este número pode nos dar diversas indicações sobre o futuro de um país, e não há necessidade de eu me alongar a respeito das dificuldades que deverá enfren-

tar um país que tiver apenas um por cento do quadro apto para admissão à educação superior. A esta altura já deve ter ficado claro que quando se fala em admissão, poderosos determinantes externos ao sistema educacional superior já estabeleceram, por si mesmos, quem tem possibilidade de entrar no sistema.

O estudante apto, quer esteja na faixa de um ou de sessenta por cento, deve colocar-se três questões importantes: Ele pode pagar uma universidade? Ele encontrará um currículo que satisfaça suas necessidades? E ele poderá entrar numa instituição de sua livre escolha? Com relação à primeira de minhas três questões — custo e finanças —, pode ocorrer que muitos daqueles que sobreviveram aos obstáculos educacionais que descrevi não tenham recursos para prosseguir com uma educação superior. Assim, é importante examinar se o sistema educacional de um país discrimina os oriundos, por exemplo, dos terceiro e quarto quartis inferiores em qualquer hierarquia sócio-econômica em oposição aos que se encontram no primeiro e segundo quartis.

Num sistema em que a educação superior é essencialmente gratuita, não há obviamente barreiras para os secundaristas formados. Mas, mesmo nestes casos, pode haver complicações. Por exemplo, há o custo residual para a família de ter um filho freqüentando a universidade ao invés de trabalhar no campo ou trazer um salário. Assim, há o custo direto, visível, das taxas escolares e da manutenção, e, depois, o custo indireto, da perda de rendimento para a família. Naqueles poucos países em que o estudante recebe um salário para freqüentar a universidade, a barreira do custo direto foi removida — embora ainda possa estar presente a barreira do custo indireto da privação do rendimento familiar. Um dos dois custos, ou ambos, podem ser decisivos na determinação de que parte dos dez por cento será capaz de continuar sua educação.

Finalmente, lembremo-nos que à medida que se passa da educação primária e secundária para a educação superior, o custo de educar um jovem aumenta dez vezes. E num país com um PNB muito baixo, a despesa de prover vagas suficientes para os dez estudantes aptos, dentre os cem, pode ser proibitiva.

Um estudante pode ter superado, até este ponto, todos os obstáculos em seu caminho e, ainda assim, descobrir que as instituições em que ele normalmente entraria têm um currículo que não auxiliará na carreira pretendida. Um currículo universitário antiquado — um currículo clássico, para tomarmos um caso extremo, que exija que o estudante dedique a maior parte de seu tempo à História Antiga, ao Grego e ao Latim — pode desencorajar um estudante que sob outros aspectos, esteja interessado, e neste caso isto reflete a indiferença da própria sociedade ao desafio de promover o talento de que necessita. Um currículo realmente vital, por um lado deve dar ao estudante a chance de se desenvolver como um indivíduo no mundo moderno, e, por outro, deve suprir formandos que vão ao encontro das necessidades sociais de um país, qualquer que seja seu estágio de desenvolvimento.

No entanto, mesmo que o currículo seja considerado relevante, o sistema de educação superior com que nosso estudante se depara pode ser proibitivamente monolítico. À medida em que a porcentagem dos estudantes aptos aumenta de dez para sessenta por cento, as estruturas devem ser diferenciadas a fim de acomodar estudantes com preparo, formação e ambições cada vez mais diversas. Nosso estudante pode descobrir que as únicas instituições disponíveis estão nos lugares errados em seu país e são do tipo errado. Ele pode descobrir que, embora tenha vindo de um programa acadêmico no nível secundário, ele queira uma experiência educacional superior mais próxima de casa, desta forma resolvendo, ao menos em parte, o problema do custo. Além do mais, ele pode não querer ou não precisar de uma experiência de ciclo básico, que é típica da maioria das outras universidades. A Alemanha está começando a compensar a falta de instituições alternativas para as universidades altamente diferenciadas e modelares que a tornaram famosa, e a ir ao encontro das diferentes necessidades dos estudantes que saíram dos liceus.

Passemos agora às influências futuras sobre o processo seletivo. O desejo de um estudante de cursar uma faculdade pode ser afetado pela certeza de poder encontrar um emprego durante o curso e, mais tarde, depois de formado. Uma das questões mais pertinentes é se o sistema deveria possibilitar aos estudantes trabalharem enquanto estudam. Para muitos estudantes, esta será a resposta às dificuldades do custo indireto. As instituições que oferecem a possibilida-

de de emprego durante a escola dão a um grande número de estudantes uma chance de superar o que de outra forma seria uma barreira financeira intransponível. No entanto, uma instituição que dá a seus estudantes a possibilidade de trabalharem também traz para si mesma um grande número de problemas sociais e acadêmicos. Mencionei apenas dois ou três deles.

A mão-de-obra organizada nunca viu com bons olhos a idéia do emprego de estudantes; ela encara o estudante como uma ameaça ao cabeça da família cujos rendimentos são muito necessitados. Frequentemente, e com certa razão, os sindicatos argumentam que a mão-de-obra estudantil é uma mão-de-obra barata, trabalhando abaixo do salário mínimo.

Além do mais, não é sempre fácil o estudante conciliar seus cursos com um emprego. Uma alternância entre escola e trabalho — com um semestre dedicado aos estudos, e o próximo a um estágio — trabalho num negócio ou numa profissão — tem sido uma característica de muitas instituições nos Estados Unidos — a Northeastern University em Boston, por exemplo — bem como em outras partes do mundo.

Em contrapartida, um empregado pode tirar uma licença de seu emprego para estudar numa universidade. Neste caso, o empregador deve refletir muito bem sobre a natureza do emprego para aqueles que passariam parte de seu tempo estudando. Foi feito um estudo muito importante pelo Instituto de Educação Ladislav Cerych, em Paris, sobre a licença de emprego com fins educacionais. Na Itália, nos últimos dez anos, os contratos dos sindicatos tem frequentemente estipulado o direito dos empregados de tirarem uma licença por certo tempo a fim de completarem uma educação universitária básica ou mesmo de continuarem seus estudos além daquele ponto enquanto estiverem no emprego.

As perspectivas profissionais a longo prazo obviamente têm um efeito mais forte sobre as ambições dos estudantes de meus dez por cento. Se virem que seus irmãos e irmãs, ou amigos, passaram por uma universidade para ao final encontrarem-se sem um emprego, podem decidir que não vale a pena. Da mesma maneira, a família pode chegar à conclusão de que o custo de ter aquela pessoa na faculdade não valeu a pena. A percepção de que um diploma universitário não dá, nem a garantia de um emprego (o que é cada vez mais frequente), nem de um salário melhor num emprego, pode funcionar como um impedimento. Embora ainda haja uma vantagem financeira evidente em se ter um diploma universitário em oposição a um certificado da escola secundária, especialmente no restrito mercado de trabalho de uma quase depressão, esta vantagem está diminuindo. A *OECD* fez um estudo muito interessante sobre a convergência de rendimentos de pessoas com diferentes níveis de educação.

Finalmente, chegamos ao processo de seleção à educação superior propriamente dito. Supondo-se que o custo, a relevância, as estruturas diferenciadas e as perspectivas de emprego ainda induzam os estudantes a vir, e que haja mais candidatos do que vagas, permanece o problema de se determinar quem dentro daquela porcentagem *deveria* vir. Os países ocidentais desenvolveram cinco métodos principais de seleção.

O primeiro é conceder admissão a todos aqueles que tenham obtido um certificado da escola secundária, seja o *Abitur* na Alemanha ou o *baccalauréat* na França, ou o certificado da escola de segundo grau nos Estados Unidos. Na Alemanha isto está previsto na Constituição: todo aquele que tiver sido aprovado em seu exame de *Abitur* terá garantido seu lugar na faculdade de sua escolha, embora isto esteja sendo modificado pois cinquenta estudantes podem se candidatar para uma vaga na faculdade de medicina.

O segundo é o método controvertido dos exames. Caracteristicamente, há duas variedades. O teste tradicional é preparado e julgado pela faculdade específica a que o estudante se candidatou, e é feito em forma dissertativa. Em meu país e em outros, tem havido um interesse crescente, bem como uma resistência crescente, em relação ao uso dos assim chamados testes objetivos. O teste objetivo tenta medir a "aptidão" de tal modo que os preconceitos de um professor ao julgar o teste não sejam decisivos. Isto teve o apoio das revoltas estudantis do fim da década de sessenta; o teste objetivo parecia um bom modo de burlar o professor que por ventura não gostasse de estudantes de cabelos longos; supostamente, um teste objetivo não revelaria se o candidato tinha cabelo comprido ou curto. O teste objetivo foi, então, ampliado para testar não apenas a capacidade básica, mas também o desempenho em três ou quatro áreas impor-

tantes para a admissão. Assim os testes, quer sejam objetivos ou por escrito, quer sejam organizados pelo governo, por instituições ou por agências independentes, tais como o *Educational Testing Service* nos Estados Unidos, representam um segundo método para determinar quem deveria ser admitido.

A estes métodos foi acrescentado o uso da experiência de trabalho, em vez da escolaridade, como base para a admissão. O país que lidera estas experiências — assim como muitas outras — é a Suécia. Imaginemos que nosso estudante dentro dos dez por cento tenha decidido, ao invés de entrar numa faculdade, assumir imediatamente um emprego. Na Suécia, quando ele tiver completado vinte e cinco anos de idade e houver tido quatro anos de experiência de trabalho, ele pode obter admissão à universidade mediante a apresentação de um atestado de seu empregador. O número de vagas reservado para aqueles que terão uma segunda chance de admissão é limitada a uma cota. Este método também está sendo cuidadosamente examinado, pois não é fácil chegar-se a normas comuns para admissão à faculdade baseadas em experiência profissional. Ainda não está claro se alguns empregos devem ser considerados melhores do que outros no preparo que dão para admissão à escola superior, ou se um emprego em tempo integral ou tempo parcial deveria ter maior peso. Apesar destas dificuldades, no entanto, a idéia da experiência de trabalho como um critério de admissão está ganhando aceitação à medida que a noção de se continuar a educação ao longo da vida está se tornando mais difundida.

O quarto processo de seleção é o sorteio. E os líderes deste método, creio eu, são os holandeses. Eles acharam que uma vez que das cinquenta pessoas se candidatando para medicina, por exemplo, dez eram muito semelhantes em termos de notas nos testes, e uma vez que mesmo os melhores testes têm uma margem de erro maior do que a margem de diferença entre estes dez, apenas um teste puramente neutro poderia satisfazer o critério de justiça. Assim, um sorteio, para muitos educadores, parece um “meio mais objetivo” de seleção. Além do mais, descobriu-se que muitos estudantes preferiam a idéia de um sorteio a ter um professor ou qualquer pessoa a decidir entre candidatos com quase o mesmo nível. Os alemães estão agora discutindo se um dos onze estados deveria ter a opção de um sistema de sorteio, onde acreditam que seria um bom suplemento para as notas obtidas no *Abitur*, ou para as de outros critérios.

Finalmente, há o sistema aberto de admissões. Ao invés de um processo de seleção antes da entrada — qualquer pessoa que queira poderá entrar e matricular-se — há um processo de seleção antes da saída, na forma de um exame ao final do primeiro ano ou em época aproximada. Ou, mesmo, o próprio estudante poderá decidir, até lá, que está perdendo seu tempo.

Assim, o problema do acesso apresenta muitas facetas, e qualquer projeto de pesquisa satisfatório levará todas em consideração. É importante considerar que tipo de educação primária é uma pré-condição para desenvolver um quadro apropriado dos que podem entrar numa universidade. No nível secundário, é importante considerar se as escolas que costumavam encaminhar os estudantes aos onze ou doze anos para um programa acadêmico ou vocacional foram transformadas em escolas abertas, e com quais conseqüências. Isto diminuiu o número de candidatos para a faculdade? Se as escolas se tornarem “abertas”, como os estudantes se distribuem ou são distribuídos entre os dois programas? Existe a possibilidade de transferência entre eles?

O financiamento da educação superior é outro assunto importante. Como a privação do rendimento da família, bem como o custo visível afetam as chances ou a admissão e o interesse do estudante? A interação entre a relevância do currículo e o desejo dos estudantes de entrarem no sistema também deve ser investigado cuidadosamente. Um outro tópico fascinante é saber se um sistema monolítico de instituições como o da França ou um sistema pluralista como o dos Estados Unidos tem maior capacidade de satisfazer o duplo objetivo de desenvolvimento individual e desenvolvimento social. E por falar em estruturas diferenciadas, não devemos deixar de examinar as novas técnicas de educação através da televisão ou do rádio, bem como a combinação destas com cursos por correspondência, como os que foram desenvolvidos com muito sucesso pela Universidade Aberta na Grã-Bretanha, e estão agora sendo desenvolvidos na Reno-Vestfália, na Alemanha.

A relação dinâmica entre emprego e educação superior e como isto afeta as decisões de admissão e o interesse dos governos em oferecer as vagas necessárias, é um estudo cada vez mais

relevante. Finalmente, os vários sistemas de distribuir os estudantes entre as instituições de educação superior e entre as faculdades — certificados escolares, testes escritos ou objetivos, experiência de trabalho, sorteio, ou admissões abertas — devem ser julgados, não apenas de acordo com os padrões de justiça e eficiência, mas também em termos da cultura em que cada sistema é uma parte orgânica.

